

CONTRATO CEDAE N.º 078/2019 (DPR)
que entre si celebram a **COMPANHIA**
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
(CEDAE) e a **LATINFS TECNOLOGIA DA**
INFORMAÇÃO LTDA.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seu Diretor Presidente, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, e de seu Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JÚNIOR, doravante denominada **CEDAE**, e a **LATINFS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, sediada na Avenida Tamboré, 267, conjunto 261-A, sala 02, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP: 06.460-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.181.152/0001-87, neste ato por meio de seu Sócio Administrador, Sr. LÁVIO FALCÃO COSTA CIRÍACO DE OLIVEIRA, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.195/2019**, mediante inexigibilidade de Licitação (IL n. 003/2019 – DFI), com fundamento no art. 30, caput, da Lei 13.303/2019, pela qual se regerá, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

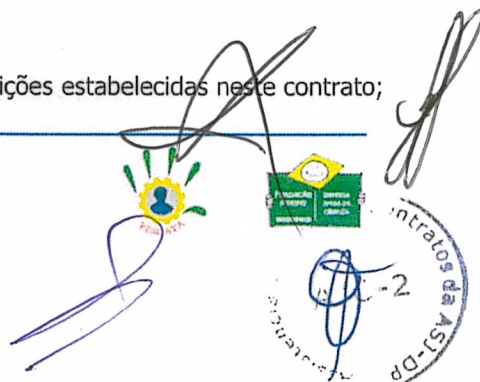
A presente contratação tem por objeto a execução dos serviços de **"CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA IFS PARA QUE SE POSSA ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA AGENERSA, INSERIDAS ATRAVÉS DO DECRETO ESTADUAL N. 45.344/2015, QUE REQUER UM CONTROLE DETALHADO DOS ATIVOS DA COMPANHIA"**, conforme aprovado pelo Diretor da área responsável, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JÚNIOR, em ato autuado às fls. 159 do processo Administrativo de referência.

PARÁGRAFO ÚNICO - Inserem-se no escopo desta contratação o Termo de Referência de fls. 140 a 142 do processo administrativo de referência, bem como a proposta da **CONTRATADA** datada de 04 de Dezembro de 2018, autuada às fls. 13/14 do referido P.A., cujos conteúdos passam a compor o presente instrumento, embora não transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;



Handwritten signatures and official stamps of the CEDAE and the contracted company.

- b) fornecer acesso a todos os documentos, informações e demais elementos necessários à execução satisfatória do objeto pela **CONTRATADA**;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas; e

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas no Termo de Referência:

- a) conduzir os serviços dentro do prazo estipulado, observando as normas técnicas, a legislação em vigor e a metodologia indicada em sua proposta;
- b) abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da CEDAE, salvo se expressamente autorizados por esta;
- c) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;
- d) manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;
- e) prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução do contrato, responsabilizando-se, perante terceiros e CEDAE, pelos prejuízos decorrentes da execução defeituosa dos seus serviços;
- f) providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;
- g) enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- h) manter a **CEDAE** informada sobre o desenvolvimento dos serviços;
- i) Demonstrar, quando possuir mais de 100 (cem) empregados alocados a este contrato, o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n.



7.258/2016, observando os seguintes quantitativos: (1) até 200 empregados = 2%; (2) de 201 a 500 empregados = 3%; (3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e (4) de 1.001 em diante = 5%;

j) A **CONTRATADA** prestará garantia para eventuais problemas de mau funcionamento e/ou erros verificados nos serviços desenvolvidos, no prazo de 90 dias contados a partir da formalização do aceite da customização. Excluem-se do escopo desta garantia a segurança de rede e os problemas com perfis de acesso.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução dos serviços será de **120 (cento e vinte) dias** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.

Parágrafo Primeiro - O decurso do prazo estipulado não acarretará, por si só, a resolução do ajuste, continuando as partes contratualmente obrigadas até que se opere o aceite definitivo do objeto, respondendo a **CONTRATADA** pela mora a que der causa.

Parágrafo Segundo - O prazo ora previsto poderá ser alterado por acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, devendo ser observado, neste caso, o disposto no art. 205 do RILC.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato por ordem da **CEDAE**, o prazo de execução será automaticamente prorrogado por igual período, bastando o registro formal de interrupção no processo administrativo, conforme art. 206 do RILC.

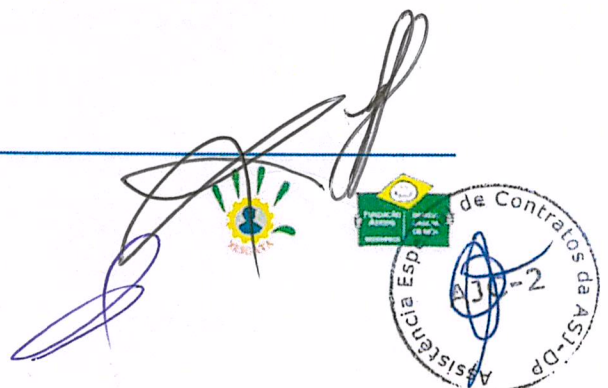
Parágrafo Quarto - A prorrogação de prazo por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução do contrato seja considerado para fins de reajuste.

Parágrafo Quinto - A prorrogação do prazo, por si só, não importará em majoração do valor contratual, que se manterá inalterado senão quando verificado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2019, assim classificadas:

Conta Contábil: 411110305
Programa de Trabalho: 2200022016
Código Orçamentário: 33903982
Fonte de Recursos: 10
Reserva Orçamentária: 2019000853



CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

A presente contratação será executada em regime de execução por preço global, no valor total de **R\$ 70.210,80 (setenta mil, duzentos e dez reais e oitenta centavos)**, que serão pagos após a conclusão dos serviços.

Parágrafo Primeiro – O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

Parágrafo Segundo – Despesas com deslocamento e hospedagem fora da Grande São Paulo serão custeadas pela **CEDAE** quando previamente autorizadas pela Comissão de Fiscalização, e terão como limites máximos as diárias aprovadas para os empregados desta Companhia (**CEDAE**).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

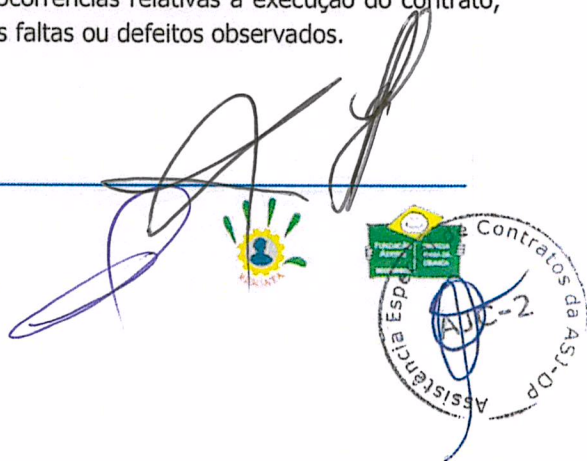
O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

Parágrafo Primeiro – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

Parágrafo Segundo – É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Quarto – O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.



Parágrafo Quinto – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários..

Parágrafo Sexto – A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sétimo – Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "i" da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE


A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** deverá apresentar juntamente com cada fatura/nota fiscal dos serviços, os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

- a) medição/detalhamento do que fora executado no período;
- b) declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a **CONTRATADA** estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra "i", deste instrumento;
- c) declaração de que se encontra em dia com o pagamento das verbas salariais, de FGTS e INSS do pessoal destacado à execução do serviço; exigível apenas para os casos em que houver mão de obra da **CONTRATADA** à disposição permanente da **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - A ausência de qualquer dos documentos exigíveis no parágrafos segundo impedirá a obtenção do recibo de adimplemento, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.



Parágrafo Quarto - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" do parágrafo quinto da cláusula décima primeira.

Parágrafo Quinto - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão atuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O(s) pagamento(s) à **CONTRATADA** será(ão) efetuado(s) no prazo de até 30 dias contados do adimplemento de suas obrigações.

Parágrafo Primeiro - Considera-se adimplemento a execução da etapa/produto do serviço acompanhada da nota fiscal/fatura e dos demais documentos exigidos como condição ao pagamento (ver cláusula oitava). Ao adimplemento será dado recibo, nos termos art. 191, §1º do RILC.




Parágrafo Segundo - De posse da documentação apresentada pela **CONTRATADA**, a Comissão de Fiscalização atestará, na forma prevista no art. 90, §3º, da Lei Estadual nº 287/1979, a documentação e a qualidade do objeto contratado, a partir de quando será possível a realização do pagamento, conforme art. 191, §3º do RILC.

Parágrafo Terceiro - A necessidade de providências por parte da **CONTRATADA** em relação à medição realizada, ou em relação ao conteúdo da documentação apresentada, importará em suspensão da contagem do prazo para pagamento, não correndo juros e/ou atualização neste período.

Parágrafo Quarto - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

Parágrafo Quinto - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die", e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". Não correrão juros e atualização durante o período de suspensão mencionado no parágrafo anterior.

Parágrafo Sexto - Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.



Parágrafo Sétimo - A CEDAE não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo quando expressamente determinadas pela Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação nos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Segundo - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

Parágrafo Terceiro - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;



Handwritten signatures and official stamps are present at the bottom right of the page. One stamp is circular with the text 'Assistência Especial de Contratos da ASJ-OP' and 'ADC-2'. Another stamp is rectangular with the text 'Fiscalização' and 'Assistência Especial de Contratos da ASJ-OP'.

- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima segunda, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

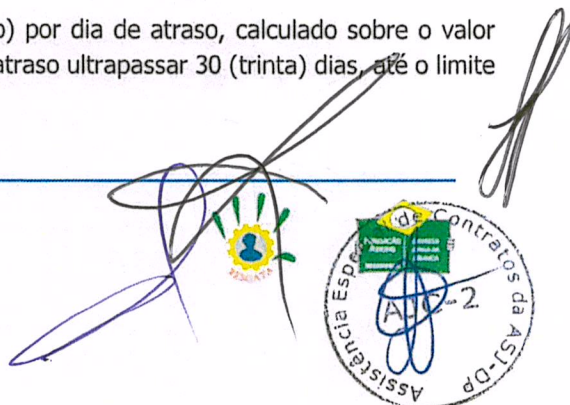
Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
- iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento das obrigações previstas no parágrafo quarto da cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.



Parágrafo Oitavo - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

Parágrafo Nono - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Décimo - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima segunda, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

Parágrafo Primeiro - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

- I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
- II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
- III - decisão judicial ou arbitral.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

Parágrafo Quarto - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória,



no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

Parágrafo Quinto - A CEDAE se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

Parágrafo Sexto - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da CEDAE e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

Parágrafo Único – Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da CEDAE em remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

Parágrafo Primeiro – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

Parágrafo Segundo – Quando a contratação trazer previsão de matriz de risco haverá impedimento para a celebração de aditivo decorrente dos eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da CEDAE no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.



CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

O objeto do contrato será recebido provisoriamente ao final, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro - Será emitido um TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. Referente ao ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), o que ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela/etapa prevista no cronograma físico-financeiro do contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

Parágrafo Quarto - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.



Parágrafo Quinto - Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.

Parágrafo Sexto - A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos para a realização do correspondente pagamento, mencionados na cláusula oitava.

Parágrafo Sétimo - O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

Parágrafo Oitavo - De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Nono - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

Parágrafo Décimo - Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, e deverão ser registradas no processo.

Parágrafo Décimo Primeiro - O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que permanece aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC

Parágrafo Décimo Segundo - A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:



Handwritten signatures and stamps are present at the bottom right of the page. There are two large, stylized signatures in black ink. Below them, there are several circular and rectangular stamps. One circular stamp contains the text 'Assistência Especial de Contratos da ASJ-UP' and the number '2'. Another stamp features a logo with a sun and the text 'Assistência Especial de Contratos da ASJ-UP'.

Parágrafo Primeiro – A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

Parágrafo Segundo – A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

Parágrafo Terceiro – De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

Parágrafo Quarto– No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

Parágrafo Quinto– Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

Parágrafo Sexto- Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo- A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA– DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou



e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "*conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública*".

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituí-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.



Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo-Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo-Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.


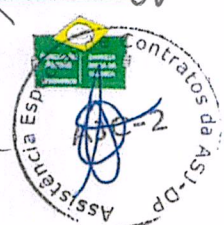
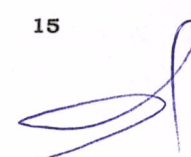

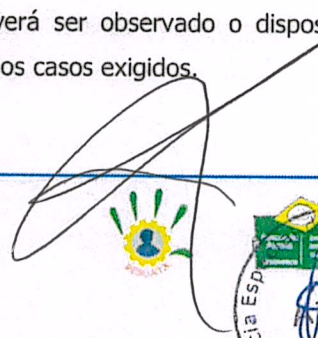
Parágrafo Décimo-Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

Parágrafo Décimo-Quarto - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

Parágrafo Único - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.



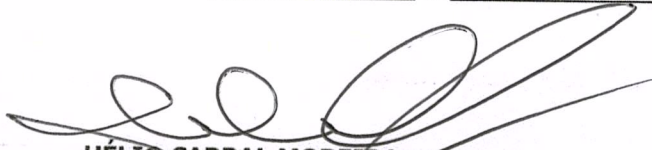
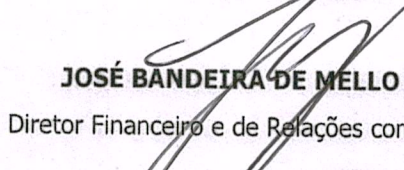
CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2019.

Pela **CEDAE**:


HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente
JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JÚNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


LÁVIO FALCÃO COSTA CIRÍACO DE OLIVEIRA
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

Ref. Contr-LATINIFS-serviço-tecnico-escopo-IL-003/2019-DFI

GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS

PROCESSO Nº	EMPRESA	GESTOR	ID	FISCAL	ID
E-16/004/522/2019	ECOLD CLIMATIZAÇÃO E SERV. DE ENGENHARIA LTDA	MAURO SÉRGIO BARCELLOS DA SILVA	5626633-0	RAFAEL MEDINA BARROSO LEITE	5094578-5
CONTRATO: Empenho 2019NE03329				SERGIO ROBERTO DE O. AZEVEDO	2134745-0

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2019

ALLAN BORGES
Presidente

Id: 2218269

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE HABILITAÇÃO

ATO DO DIRETOR
DE 21.10.2019

APLICO a penalidade de ADVERTÊNCIA ao CFC SÃO CONRADO LTDA, DH/AB 961, fundamentada no Art. 31, I, Art. 10, IV e Art. 36, I, c/c o Art. 36, § 1º da Resolução CONTRAN nº 359/2010, Proc. nº E-16/060/2657/2019.

Id: 2218471

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA GERAL DE HABILITAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
DE 23.10.2019

PROC. Nº E-16/065/24264/2019 - CANCELO o funcionamento do CFC BARÃO DE INOÃ LTDA, registro DH/AB 669, no endereço funcional Rodovia Amaral Peixoto, KM 15, s/nº - Sobrado - Inoã - Maricá - RJ, E AUTORIZO o funcionamento do CFC BARÃO DE INOÃ LTDA, registro DH/AB 669, no endereço funcional Rua Gilma dos Santos Duarte, nº 111 - Loja 01 - Chácara de Inohan - Maricá - RJ.

Id: 2218472

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ATOS DO SECRETÁRIO

DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL GOVERNANÇA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

RESOLVE:

NOMEAR RHAIANE SODRÉ DE OLIVEIRA para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Governadoria do Estado, anteriormente ocupado por Cecília Rabello de Castro Junqueira de Sousa, ID Funcional nº 5099676-2.

EXONERAR LEOPOLDO ANDRE CANAL ALMEIDA, ID Funcional nº 5099551-0, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Vice-Governadoria do Estado, Processo nº SEI-16/001/039298/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, VIKTOR WASSMANN DE ARAÚJO, ID Funcional nº 5102315-6, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança.

NOMEAR WESLEY DA SILVA ASSIS para exercer, com validade a contar de 04 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Ajudante I, símbolo DAI-1, do (Projeto Laranjeiras Presente), da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, anteriormente ocupado por Vanessa Joice Santos da Silva Moraes, ID Funcional nº 5105387-0, Processo nº SEI-15/001/040077/2019.

NOMEAR JORGE RODRIGUEZ JUBILEU, ID Funcional nº 2017981-2, para exercer, com validade a contar de 04 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, anteriormente ocupado por Rogério de Souza Gomes, ID Funcional nº 2473684-8, Processo nº SEI-15/001/040104/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 12 de outubro de 2019, VANESSA JOICE SANTOS DA SILVA MORAIS, ID Funcional nº 5105387-0, do cargo em comissão de Ajudante I, símbolo DAI-1, do (Projeto Laranjeiras Presente), da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, Processo nº SEI-15/001/039207/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 07 de outubro de 2019, JEFFERSON PEREIRA DE ARAÚJO, ID Funcional nº 5089496-0, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Fazenda, Processo nº SEI-04/109/001888/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, JORGE CASTRICINI, ID Funcional nº 3287985-7, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Fazenda, Processo nº SEI-04/130/003823/2019.

NOMEAR CRISTIANO JORGE DE ARCANJO para exercer, com validade a contar de 04 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Fazenda, anteriormente ocupado por Jorge Castriani, ID Funcional nº 3287985-7, Processo nº SEI-04/130/003823/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 10 de outubro de 2019, KARINA RANGEL KALLI, ID Funcional nº 5000062-4, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Fazenda, Processo nº SEI-04/130/003821/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 21 de outubro de 2019, FERNANDO TEIXEIRA PIMENTA, ID Funcional nº 5073410-5, do cargo em comissão de Secretário II, símbolo DAI-5, do Departamento Geral de Administração e Finanças, da Subsecretaria Geral de Gestão e Tecnologia, da Secretaria de Estado de Fazenda, Processo nº SEI-04/109/001917/2019.

NOMEAR JOSÉ BENTO CURIONE para exercer, com validade a contar de 29 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Fazenda, anteriormente ocupado por Carlos Bruno Cavalcanti Viana, ID Funcional nº 3009036-9, Processo nº SEI-04/206/000052/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 28 de outubro de 2019, WALMYR GARCIA PINHEIRO JUNIOR, ID Funcional nº 201242-4, do cargo em comissão de Gerente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, Processo nº SEI-22/002/003648/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 31 de outubro de 2019, SANDRA VALÉRIA FERREIRA BAPTISTA, ID Funcional nº 50998030, do cargo em comissão de Gerente, símbolo DAS-8, da Gerência de Recursos Humanos, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, Processo nº SEI-22/002/003543/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 28 de outubro de 2019, ALLICE DE FÁTIMA FERREIRA FENTANES, ID Funcional nº 2012447-3 do cargo em comissão de Diretor, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, Processo nº SEI-22/002/003641/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 01 de novembro de 2019, REGINALDO DA SILVA PESTANA, ID Funcional nº 5094163-1, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Assessoria de Contabilidade Analítica, do Departamento Geral de Administração e Finanças, da Secretaria de Estado de Transportes, Processo nº SEI-10/001/039181/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, DENISE MARIA D'AVILA PEIXOTO VILLAR, ID Funcional nº 1908951-1, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, Processo nº SEI-02/007/002222/2019.

NOMEAR RACHEL RIBEIRO ARAGÃO, ID Funcional nº 4346121-2, para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Giovanni Toledo Monteiro, Processo nº SEI-02/007/002166/2019.

NOMEAR BRUNO RÉBULA KLEIN para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Elcio Rogério de Almeida Silva, Processo nº SEI-02/007/002165/2019.

NOMEAR CARLA FERNANDA LOBIANCO DA SILVA CALASANS para exercer, com validade a contar de 29 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Guilherme Felipe Tavares Sena, ID Funcional nº 50757695, Processo nº SEI-18/007/002082/2019.

NOMEAR MONIQUE LOURENÇO DE SANTANA DO NASCIMENTO para exercer, com validade a contar de 29 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Daniel Alexandre Motta Correia, ID Funcional nº 4322758-9, Processo nº SEI-18/007/002080/2019.

NOMEAR GABRIEL FERNANDES TELESFÓRO OLIVEIRA, ID Funcional nº 5082332-9, para exercer, com validade a contar de 06 de setembro de 2019, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, em vaga resultante da transformação estabelecida pelo Decreto nº 46.553, de 10/05/2019, Processo nº SEI-18/007/002111/2019.

NOMEAR RICARDO DE MELLO VILLAS BOAS para exercer, com validade a contar de 29 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Stephanie Saboia Saeger, ID Funcional nº 5092054-5, Processo nº SEI-18/007/002048/2019.

NOMEAR LEANDRO PEIXOTO DO NASCIMENTO SIMÕES para exercer, com validade a contar de 30 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Emanuel Rodrigues de Vargas, ID Funcional nº 5097874-8, Processo nº SEI-18/007/002117/2019.

NOMEAR LEONARDO FERNANDES BRAGA DA SILVA para exercer, com validade a contar de 30 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Bruna Monteiro Rezende, ID Funcional nº 51051427, Processo nº SEI-18/007/002116/2019.

NOMEAR ANA CRISTINA DUTRA XAVIER para exercer, com validade a contar de 29 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Selma Lydia Monteiro Sampaio, ID Funcional nº 5070084-7, Processo nº SEI-18/007/002083/2019.

NOMEAR JORGE LUIS SILVA DE MEDEIROS para exercer, com validade a contar de 31 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Andreia Severo de Almeida, ID Funcional nº 50884573, Processo nº SEI-18/007/002167/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 30 de outubro de 2019, NICE MARIA CUNHA DA COSTA, ID Funcional nº 41300130, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, Processo nº SEI-18/007/002056/2019.

NOMEAR JULIANA BAPTISTA LANHAS para exercer, com validade a contar de 16 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Nice Maria Cunha da Costa, ID Funcional nº 41300130, matrícula nº 6109763-0, Processo nº SEI-18/007/002067/2019.

NOMEAR LEONARDO TRINDADE ALVES, ID Funcional nº 5097204-9, para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Diretor de Departamento, símbolo DAS-8, do Departamento de Pesquisa e Documentação, do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Sérgio Linhares Miguel de Souza, ID Funcional nº 3990703-1, matrícula nº 0194175-6, Processo nº SEI-18/007/002049/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, LEONARDO TRINDADE ALVES, ID Funcional nº 5097204-9, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, Processo nº SEI-18/007/002049/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 29 de outubro de 2019, MÁRIO MARCIO LEITE DA SILVA, ID Funcional nº 51051885, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, Processo nº SEI-18/007/002069/2019.

Id: 2218640

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

PROCESSO Nº E-17/002/943/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor JOSÉ EDUARDO MOURA MUNIZ, Economista, ID Funcional nº 2017348-6, do Quadro de Pessoal da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP, à Empresa de Pesquisas Agropecuárias do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO-RIO, sem ônus para o órgão cessionário, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Id: 2218631

DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

ROCESSO Nº SEI-08/010/002097/2019 - RETIFICO o autorizo publicado no Diário Oficial de 29 de outubro de 2019, página 11, 2ª coluna.

Onde se lê: AUTORIZO ... para o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro/LASERJ.
Leia-se: AUTORIZO ... para a Secretaria de Estado de Saúde.

Id: 2218627

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
DE 31/10/2019

PROCESSO Nº E-01/02524/1986 - LILIAN DA COSTA MARTINS, Identidade Funcional nº 3216244-8, Louvado nas informações da Coordenadoria de Administração de Recursos Humanos e com fundamento no art. 129 do Decreto nº 2.479/79, CONCEDO 12 (doze) meses de Licença Prêmio relativa aos períodos base de 10/03/1995 a 07/03/2000; 08/03/2000 a 06/03/2005; 07/03/2005 a 05/03/2010 e de 06/03/2010 a 04/03/2015.

Id: 2218232

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS,
PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES
PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8621 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

SUBSTITUI SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE GESTOR DE BENS MÓVEIS DESIGNADO PELO PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8537 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica substituído o servidor FLÁVIO DE ANDRADE PINTO, Id. Funcional nº 5030269-8, por MARCO AURELIO DE MORAES GUIMARAES FILHO, Id. Funcional nº 5095833-0, designado como substituído do Gestor pelo art. 2º, da Portaria CEPERJ nº 8537, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2019
MÁRIO DE ARAÚJO ALMEIDA NETO
Presidente

Id: 2218446

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 05/07/2019

DESIGNA ROBSON PORTO CARDOSO, Engenheiro C, como Presidente, RONALDO DA SILVA CANAVEZES, Técnico de Eletromecânica II, TITO RODRIGUES PONTES PINHEIRO, Engenheiro B, como membros titulares e CARLOS HENRIQUE MARQUES, Agente de Saneamento H, como suplente, Gerente do Contrato JULIO CESAR OLIVEIRA ANTUNES, Agente de Saneamento I e LANDERLEY LEMOS DE ABREU, Técnico de Eletromecânica II, como suplente para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA ADEQUAÇÃO DA SUBESTAÇÃO DE 138 KV DA ETA GUANDU", de que trata o Processo nº E-17/100.035/2014, Ordem de Serviço P/FIS nº 25.370-00/2019.

Id: 2218276

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 08/10/2019

DESIGNA RENATO FERREIRA COELHO, Técnico de Contabilidade II, como Presidente, HELMUT ALEXANDRE DE PAULA, Contador C e ALEX MAIA GUIMARAES, Assessor Executivo, como membros titulares e JOAZ EVANGELISTA DA FONSECA, Técnico Contabilidade II, como membro suplente, Gerente do Contrato JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Assessora de Diretoria e LUCIA SOARES DA SILVA, Assessora de Diretoria, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA IFS PARA QUE SE POSSA ATENDER AS EXIGÊNCIAS DA AGENSIA, INSERIDAS ATRAVÉS DO DECRETO ESTADUAL Nº 45.344/2015, QUE REQUER UM CONTROLE DETALHADO DOS ATIVOS DA COMPANHIA", de que trata o Processo nº E-07/100.195/2019, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.544-00/2019.

Id: 2218221

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 15/10/2019

DESIGNA LUCIENE MACHADO VELASQUES, Agente Administrativo e como membro titular e DULCINEIA DA ROCHA FREITAS, Agente Administrativo F, como membro suplente, Gerente do Contrato LEONARDO CORREA SA, Assessor Técnico e ADÃO JESUS DO COU TO BRITO, Agente de Saneamento D, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAR PROJETO DE ADEQUAÇÃO ELÉTRICA PARA O SITE CAMPINHO, LOCALIZADO NA ESTRADA INTENDENTE MAGALHÃES, 504 - CAMPINHO - RJ, de que trata o Processo nº E-07/100.465/2019, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.615-00/2019.

Id: 2218467

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO DE ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO

ATA DE REUNIÃO

Às dez horas do dia onze de junho de dois mil e dezenove, reuniram-se no Gabinete da Procuradora-Assessora do Gabinete do Procurador-Geral do Estado do Rio de Janeiro, situado na Rua do Carmo nº 27 sala 1105, Rio de Janeiro - RJ, os Procuradores do Estado JULIANA CURVACHO CAPELA, representante do Gabinete do Procurador-Geral, MAURINE MORGAN PIMENTEL FEITOSA, representante da Procuradoria de Pessoal e MARCELO SANTINI BRANDO, representante do Centro de Estudos Jurídicos, todos integrantes da Comissão de Adicional de Qualificação (CAQ) da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, criada pela Resolução PGE nº 2.897, de 17 de setembro de 2010 e consolidada pela Resolução PGE nº 4389 de 30 de abril de 2019. Abertos os trabalhos, foi convocada a servidora SUZANA MAGALHÃES CAMPOS, da Coordenadoria de Suporte Administrativo da Diretoria de Gestão, para secretariar a Comissão. Iniciando as discussões, a Procuradora JULIANA CURVACHO CAPELA submeteu à análise dos membros do CAQ o pedido de concessão de Adicional de Qualificação constante do processo nº SEI-14/001/007324/2019. Preenchendo o pleito os requisitos legais, foi deferido. Nada mais havendo a deliberar, encerraram os trabalhos e lavrou-se a presente ata, assinada pela Secretária e pelos membros da CAQ.

Id: 2218218

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Gabinete do Governador

GABINETE DO GOVERNADOR

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cessão de Uso.
DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2019.
PARTE: Estado do Rio de Janeiro, doravante designado Estado, e o Município de Niterói, designado Cessionário.
OBJETO: Cessão de Uso do imóvel situado na Avenida Washington Luiz, s/nº, com entrada, também, pela Rua Presidente Castelo Branco s/nº, Aterro São Lourenço, Município de Niterói.
PRazo: 25 (vinte e cinco) anos, contados a partir da celebração deste instrumento.
REFERÊNCIA: Processo nº E-01/003/140/2015.

Id: 2218598

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DO DETRAN/RJ torna pública que se fará realizar, no Portal www.compras.rj.gov.br, a Licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, conforme abaixo mencionado:

PROCESSO Nº E-16/060/2214/2019 - PE 010/19
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de natureza contínua de vigilância patrimonial armada, compreendendo além da mão de obra (incluindo supervisão), a disponibilização de todos os equipamentos necessários para atender às unidades do DETRAN/RJ, pelo período de 24 meses.

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 124.593.289,04 (cento e vinte e quatro mil, quinhentos e três mil duzentos e sessenta e nove reais e quatro centavos)

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 21/11/2019, às 10h05min

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 21/11/2019, às 10h05min

DATA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 21/11/2019, às 10h30min

O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br e no portal do DETRAN/RJ, na página www.detrans.rj.gov.br, opção: Licitações/Leilões - Licitações 2019 - Editais podendo, alternativamente, ser adquirido mediante o pagamento da importância de R\$ 0,10 (dez centavos) por folha, na Av. Presidente Vargas nº 817/19º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, comprovado por meio de guia de depósito da instituição financeira contratada pelo Estado, agência nº 6898 conta corrente nº 58-2, a favor do DETRAN/RJ.

Id: 2218473

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DO DETRAN/RJ torna pública que se fará realizar, no Portal www.compras.rj.gov.br, a Licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, conforme abaixo mencionado:

PROCESSO Nº E-16/060/717/2019 - PE 011/19
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de operacionalização de Central de Teletendimento (predominantemente receptivo e eventualmente ativo) em instalações internas do DETRAN/RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus ANEXOS, a fim de garantir eficiência no gerenciamento do serviço pelo período de 12 meses.

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 19.142.243,12 (dezenove milhões, cento e quarenta e dois mil duzentos e quarenta e três reais e doze centavos).

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 19/11/2019, às 10h00min

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 19/11/2019, às 10h05min

DATA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 19/11/2019, às 10h30min

O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br e no portal do DETRAN/RJ, na página www.detrans.rj.gov.br, opção: Licitações/Leilões - Licitações 2019 - Editais podendo, alternativamente, ser adquirido mediante o pagamento da importância de R\$ 0,10 (dez centavos) por folha, na Av. Presidente Vargas nº 817/19º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, comprovado por meio de guia de depósito da instituição financeira contratada pelo Estado, agência nº 6898 conta corrente nº 58-2, a favor do DETRAN/RJ.

Id: 2218474

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RETIFICAÇÃO
D.O. DE 31.10.2019
PÁGINA 31 - 2ª COLUNA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

*IDENTIFICAÇÃO: Termo Aditivo III de Prorrogação ...
Onde se lê: ...Sem Alteração no Valor Contratual...
Leia-se: VALOR: R\$ 1.679.884,80.

Id: 2218416

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

AVISO

AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 02/2019

A SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA CONVOCA a comunidade em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2019, a fim de discutir o modelo de compra direta de passagens aéreas para atender as necessidades dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Eventuais questionamentos poderão ser encaminhados ao seguinte correio eletrônico: comprascentralizadas@casacivil.rj.gov.br

LOCAL: Avenida Erasmo Braga, nº 118, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ.

DATA: 14/11/2019
HORÁRIO: 14:00h

Id: 2218462

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE nº 078/2019 (DPR).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a LATINUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.
OBJETO: "CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA IFS PARA QUE SE POSSA ATENDER AS EXIGÊNCIAS DA AGENERSA, INSERIDAS ATRAVÉS DO DECRETO ESTADUAL Nº 45.344/2015, QUE REQUER UM CONTROLE DETALHADO DOS ATIVOS DA COMPANHIA".
PRazo: 120 (cento e vinte) dias.
VALOR: R\$ 70.210,80 (setenta mil duzentos e dez reais e oitenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 30/10/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.195/2019 - inexigibilidade de Licitação nº 003/2019 - DFI.

Id: 2218222

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE nº 150/2019 (DSG).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CAPUA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
OBJETO: INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA ADEQUAÇÃO DA SUBESTAÇÃO DE 138 KV DA ETA GUANDU.
PRazo: 360 (trezentos e sessenta) dias corridos.
VALOR: R\$ 6.945.009,70 (seis milhões, novecentos e quarenta e cinco mil nove reais e setenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 29/10/2019.
FUNDAMENTO: Processo nº E-17/100.035/2014 - Concorrência Nacional nº 006/2018 ASL-1.1.

Id: 2218277

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo nº 020 ao Contrato CEDAE nº 005/2013 (DF).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
OBJETO: Ajuste de contas entre as partes, possibilitando o pagamento dos HONORÁRIOS REFERENTES AOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PARA O CUMPRIMENTO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA AGENERSA Nº 051/2015, RELATIVO AO EXERCÍCIO 2018".
PRazo: Sem alteração do prazo contratual.
VALOR: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 28/10/2019.
FUNDAMENTO: Processo nº E-17/102.377/2011

Id: 2218394

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 153/2018 (DF).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a VITTA QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
OBJETO: Prorrogação do prazo de fornecimento por novos 90 (noventa) dias.
PRazo: 19 de fevereiro de 2020.
VALOR: Sem alteração do valor contratual.
DATA DE ASSINATURA: 28/10/2019.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.786/2017 - Pregão Eletrônico nº 345/2018.

Id: 2218295

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 335/2019 - adpr-31
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS MULTIJATOS, Q_{máx} 3 m³/h x 1/2"; 3 m³/h x 1/2"; 5 m³/h x 1/2" saída pulsada, 7 m³/h x 1" saída pulsada e 20 m³/h x 1 1/2" saída pulsada".
DATA DA ETAPA DE LANCES: 22/11/2019 HORÁRIO: 15 horas
VALOR ESTIMADO: R\$ 7.025.495,00
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br
O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3837, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2218441

Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO IMÓVEL
EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Entrega e Recebimento, lavrado no livro: E-SEI-01/SUBPAT, Fls: 001 a 004; Termo nº 01; PARTES: Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM; **OBJETO:** Rua das Marrecas nº 31, Centro/RJ/RJ; **DATA DA ASSINATURA:** 08 de outubro de 2019; **PROCESSO Nº SEI-04/130/000091/2018.**

Id: 2218265

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 02 ao Contrato 027/2018. **PARTE:** Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa Evolux Multi Serviços Eireli. **ASSINATURA:** 25/10/2019. **OBJETO:** Formalizar a prorrogação de prazo do contrato em questão, referente à prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação predial, com fornecimento de toda mão de obra e materiais (produtos, utensílios, ferramentas e equipamentos) necessários e adequados para o desempenho das tarefas, a serem executados no Prédio EMOP - Rio, pelo período de 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 316.045,42. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-17/002/000.484/2018.

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 03 ao Contrato nº 025/2018. **PARTE:** Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa Chada Comércio e Serviços Ltda. **DATA ASSINATURA:** 31/10/2019. **OBJETO:** Formalizar a prorrogação do prazo de vigência do contrato em questão, referente à prestação de serviços de locação de equipamentos destinados à reprografia e impressão, incluindo: instalação, manutenção, assistência técnica e fornecimento de todos os insumos (exceto papel e insumos para impressoras [jato de tinta], pelo período de 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 79.258,56. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-17/002/100.233/2018.

Id: 2218377

Secretaria de Estado de Polícia Militar

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 072/2019. **PARTE:** Secretaria de Estado de Polícia Militar e a Empresa PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MALO DE OBRA. **OBJETO:** Prestação de serviço de limpeza predial. **VALOR:** R\$ 1.349.788,94 (um milhão, trezentos e quarenta e nove mil setecentos e oitenta e oito reais e noventa e quatro centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 01/11/2019. **PRazo DE VIGÊNCIA:** 24 (vinte quatro meses) meses a contar da assinatura. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações. Lei Estadual nº 257/1979, Decreto nº 3.149/1980, e Decreto nº 42.301/2010. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-35/192/107/2019.**

Id: 2218378

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CFSd-2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, torna pública a ERRATA referente a inscrição do candidato Reprovado, abaixo discriminado, na fase do Exame Social e Documental do Centro de Recrutamento e Seleção de Praças, relacionados na 25ª Relação de Reprovados publicado no site em 21 de outubro de 2019:

CFSd/2014 - ERRATA

Onde se lê:

1579556

Leia-se:

1579551

Id: 2218313

Secretaria de Estado de Polícia Civil

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL
DEPARTAMENTO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
DIVISÃO DE PLANOS DE CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

EDITAL

A DIVISÃO DE PLANOS DE CARREIRA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - DPCAD faz publicar o Quadro Provisório de Concorrentes à Promoção por Antiquidade e por Merecimento na categoria de Oficial de Cartório Policial, para ciência e eventuais contestações dos interessados, no prazo de 10 (dez) dias.

Os recursos deverão ser entregues e protocolizados diretamente na DPCAD, situada na Rua da Relação, nº 42 - 2º andar, no horário das 10:00 às 17:00 horas, não sendo aceitos via e-mail.

QUADRO PROVISÓRIO DE CONCORRENTES À PROMOÇÃO À 2ª CLASSE DO CARGO DE OFICIAL DE CARTÓRIO POLICIAL
VALIDADE: 21/04/2017

POR ANTIGUIDADE (15 VAGAS)

ID Funcional	Nome
5551145	Wladimir Gurgel Cavalcante
5551455	Leandro de Jesus
5849242	Renata Rangel Gonçalves Perez
5847940	Eduardo Augusto Couto Chaves
5848623	Marcia de Almeida Santos
5849722	William Nascimento da Cruz
30794935	Felipe Barbosa Barros
5849277	Renato Cardoso de Assis
41377974	Cicero Siqueira Souza
5847678	Denise Mezin Martins
5847673	Carlos Augusto Mendes Guedes
5849412	Rogério Ferreira da Costa
5847924	Edneide Aparecida A. Alvarado
5848041	Abiana Fiorese Toledo Chevitaresse
41378075	Mari Tavares da Costa

POR MERECIMENTO (30 VAGAS E 60 CONCORRENTES)

ID Funcional	Nome	Pontos
5709563	Marcus Vinicius Novas Rossini	47,25
41378032	Luciano dos Santos Bezerra	45,50